

Deinter 2 prepara criação de complexo policial formado por cinco unidades

Alenita Ramirez
alenita.ramirez@rac.com.br

O Departamento de Polícia Judiciária São Paulo Interior 2 (Deinter 2) projeta a construção de uma Central de Polícia no bairro Cidade Jardim, em Campinas, em uma área de dois mil metros quadrados. O diretor do Deinter 2, Fernando Manoel Bardi, detalhou o projeto com exclusividade ao **Correio Popular**.

"A área permite a construção de um prédio com três entradas. Então nossa ideia é levar para este local a Segunda Seccional e Academia de Polícia, a DDM (Delegacia de Defesa da Mulher) 24 horas, o Segundo DP (2º Distrito Policial) e a carceragem (Cadeia Pública masculina). É fazer ali uma Central de Polícia, com uma praça bem iluminada, prédio moderno, atendimento e segurança 24 horas. Vamos agregar serviços e economia em aluguéis", disse Bardi.

Pelo projeto descrito pelo diretor, a construção será moderna, com dois andares e três entradas independentes. O prédio terá todas as adaptações do alvará de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) tais como rampas de acesso para cadeirantes e elevador. Uma das entradas será da sede da 2ª Delegacia Seccional. A Academia de Polícia funcionará no segundo piso. Ainda no térreo funcionarão a 2ª DDM com plantão 24 horas e o 2º DP, com a carceragem.

A Câmara de Campinas aprovou em primeiro turno no começo deste mês projeto de autoria do Executivo que permite o prefeito Dário Saadi (Republicanos) doar para o Estado a área que fica na Rua Franco da Rocha, no bairro Cidade Jardim. O terreno fazia parte de uma grande gleba, que foi subdividida, regularizada e pertencida à família Lix da Cunha. O projeto está na Comissão de Política Urbana para parecer e ainda não voltou ao Plenário para análise final.

O prédio que hoje funciona o 2º DP e a Cadeia Pública, no bairro São Bernardo, é do Estado e será sede do 5º DP, que funciona em um prédio localizado na Rua Conselheiro Díz Lameiro, na Vila Santana.

O aluguel do prédio onde funciona a 2ª Delegacia Seccional com a 2ª DDM e a Academia de Polícia, na Rua Osvaldo Oscar Berthelson, no Jardim Paulicéia é de cerca de R\$ 60 mil por mês. Já o prédio do 5º DP custa R\$ 8 mil por mês aos cofres públicos.

Segundo Bardi, ainda não há ideia de quanto ficará o projeto desta Central de Polícia e a obra em si, mas a justificativa para o governo estadual para a obra seria que, uma vez o terreno doado, o Estado não terá custo com a compra de uma área e com isso a verba da compra poderá ser aplicado na contratação do projeto básico e do executivo, que serão analisados pelo Comitê de Gasto Público, ligado a Secretaria de Orçamento e Gestão.

"A projeção do que gastamos com os aluguéis da Segunda Seccional e do 5º DP, em pouco tempo justificará e suprirá o dinheiro que vai ser gasto na construção de um novo prédio com todas as adaptações de AVCB possíveis", frisou o diretor, explicando que o delegado-geral da Polícia Civil, Artur José Dian, está a par das tratativas e é favorável ao projeto e o secretário de Segurança Pública (SSP), Guilherme Derrite, também foi inteirado da proposta.

"Vamos construir um prédio moderno e seguro porque vamos usar o plantão 24 horas como requisito de segurança do Segundo DP também. Vamos ter gente circulando ali durante o dia e a noite e isso torna muito mais seguro e potencializa nossa vigilância. Hoje o Segundo DP fecha no final da tarde e a cadeia, apesar de ser vigiada, fica só. Então é trazer modernidade e aproveitar essa disposição do prefeito de nos doar esse terreno. É aproveitar o momento", destacou o delegado que promete abrir licitação da obra ainda este ano.

Segundo Bardi, a construção de um prédio que contemple várias unidades de segurança tem como objetivo contribuir para melhoria da segurança de Campinas, em especial na área da 2ª Delegacia Seccional, que responde por 2/3 da população do município, ou seja, 815.491 habitantes, segundo projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2023.

"A área da Segunda Seccional é gigante, enorme e precisa da minha atenção. Lógico que toda a cidade



Projeto da Central de Polícia que reunirá cinco unidades em área de 2 mil metros quadrados foi detalhado pelo diretor do Deinter 2, delegado Fernando Manoel Bardi

SEGURANÇA

Deinter 2 projeta complexo policial no Cidade Jardim

Cojunto terá Segunda Seccional, Academia de Polícia, DDM 24 horas, Segundo DP e carceragem



Rodrigo Zanotto



Prédio onde está instalada a Segunda Seccional de Campinas tem custo de aluguel de R\$ 60 mil por mês; terreno abrigará futuro complexo

precisa de atenção, mas lá pela grandeza da área precisa um pouco mais. Creio que essa nossa empreitada vai de encontro com a necessidade daquela região. Vamos melhorar o atendimento da DDM, que tem um atendimento gigante, vai ter uma cadeia pública nova e melhor vigiada, com celas adequadas à legislação vigente", comentou.

A área da 2ª Delegacia Seccional de Campinas abrange todos os bairros que ficam à direita da Rodovia Anhanguera no sentido Capital. Nesta região incluem as unidades do 2º DP, 6º, 8º, 9º, 11º e 2º DDM, além das unidades de Indaiatuba.

De acordo com Bardi, em fevereiro deste ano, o volume produzido na 2ª Delegacia Seccional, com exceção de Indaiatuba, foi de 142 mandados de prisões em flagrante delito cumpridos, 7.042 ocorrências registradas, tanto de autoria conhecida como desconhecida, 158 crimes esclarecidos de autoria desconhecida que foram esclarecidos, tais como furto, roubo e estupro. "É uma área territorial extensa com uma estatística significativa. E o objetivo nosso é deixar esse legado para a população de Campinas, para melhor atender e dar condições dignas de atendimento. É ter uma sede administrativa que possa socorrer e adotar às unidades de plenas condições de trabalho, tanto em termos materiais como humano", enfatizou.

Apesar de otimismo, o projeto da central de polícia ainda depende de um decreto do prefeito para que a doação da área seja legalizada. Com o decreto em vigor, o delegado pode registrar o imóvel, e na sequência enviar o expediente para a Curadoria do Patrimônio Imobiliário de São Paulo, que é um órgão da Secretaria de Gestão, responsável pelo aceite da doação. Só após esses trâmites que pode ser feita a averbação do Registro de Imóveis.

"A partir daí eu contrato o projeto básico e o projeto executivo que é o desenho, o croqui da planta com todas as adaptações que a gente quer fazer para colocar esses órgãos dentro da central. Com base neles, é feito o projeto executivo, que contempla a planilha de valores. Então estaremos aptos para instaurar a licitação para contratação de serviço. Isso vai acontecer neste ano eu vou abrir a licitação ainda neste ano", disse Bardi que fez questão de destacar a parceria com o prefeito Dário Saadi. "A gente tem que só agradecer a parceria e o companheirismo do prefeito. Ele foi muito sensível ao nosso pedido, apesar de eu estar aqui há pouco tempo. O prefeito tem ajudado em muito as polícias Civil e a Militar aqui de Campinas".

